

mut



**mutualidades
portuguesas**

*mais de 2,5 milhões
de beneficiários*

NOTÍCIAS DO MUTUALISMO

Informação Quadrimestral

Revista n.º 6 - III Série

fevereiro de 2014

ISSN 2183-1114

**O Governo encara
as entidades sociais
como parceiras do
Estado, no fomento
de uma economia
social robusta**

Manuel Castro Almeida



RESUMO

3 | EDITORIAL

por Luís Alberto Silva

4 | EM ENTREVISTA

Manuel Castro Almeida

- *O Governo encara as entidades sociais como parceiras do Estado, no fomento de uma economia social robusta*

7 | MUTUALIDADES

- *ASM dos Artistas de Bragança*
- *Monte-Pio Artístico Tavirense - ASM*

15 | ECONOMIA SOCIAL

- *Guião da Reforma do Estado*
- *A reforma do setor da Economia Social Solidária está em desenvolvimento*

17 | RETRATO DO PAÍS

- *Apoio Domiciliário*

19 | MUTUALIDADES NA EUROPA

- *A importância das Mutualidades na Alemanha*

- *The importance of mutuals for the healthcare insurance in Germany*

23 | BREVEMENTE

- *Jornadas Mutualistas Regionais*

24 | BOAS PRÁTICAS

- *A Previdência Portuguesa - ASM comemora Dia Nacional do Pijama*
- *Rastreios para toda a Família - A Mutualidade da Moita*
- *ASM "Mutualista Covilhanense" - Missão Sorriso*
- *ASM dos Artistas de Bragança - Cria atelier de Informática*
- *ASM dos Artistas de Bragança - Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica*

28 | ATIVIDADES DA UMP

- *Janeiro*
- *Dezembro*

Propriedade e Edição **UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS**

Editor Luís Alberto Silva • Redação Gabinete de Comunicação e Imagem • Designer Niels Fisher
Fotografia União das Mutualidades Portuguesas • Fotocomposição UMP • Impressão Gráfica Estrela
Tiragem 300 exemplares • Depósito Legal 366134/13 • ISSN 2183-1114 • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Contactos: **UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS** - Praça Francisco Sá Carneiro, nº 10, 1º dto./esq. - 1000-160 Lisboa - Tel: 218 446 170 - Fax: 218 446 176

www.mutualismo.pt • e-mail: uniao@mutualismo.com

Contacto para Publicidade: uniao@mutualismo.com

Publicação escrita conforme o Acordo Ortográfico.

Os artigos assinalados são da responsabilidade dos seus autores e não expressam necessariamente a opinião do editor.

A gênese das Associações Mutualistas assume-se, cada vez mais, essencial na oferta de benefícios de segurança social e de saúde concedidos aos seus associados e às famílias, principalmente no momento crítico que a economia portuguesa atravessa, com as consequências sociais que lhe são inerentes. As transformações do modelo de organização económico-social português são a oportunidade que as Entidades da Economia Social Solidária têm para se consagrarem como determinantes na modernidade e crescimento do país e da Europa.

É em situações de crise e especial carência económica que o papel do setor social solidário ganha maior importância, junto das comunidades, e das pessoas, ajudando-as a resolverem os seus problemas.

O impacto positivo que as respostas das mutualidades têm junto das comunidades, patente nos dados da Conta Satélite da Economia Social, demonstram a importância deste movimento e a necessidade de o difundir.



Urge dar visibilidade à nossa ação! É tempo de nos darmos a conhecer, de revelarmos o que fazemos e como fazemos, humanizando os serviços e valorizando as pessoas, garantindo o acesso de todos aos mais elementares bens assistenciais, como a saúde, a educação e a proteção social.

Por tudo isto, a comunicação das mutualidades revela-se de grande importância, sendo fundamental para a disseminação deste movimento junto da população em geral, mas sobretudo daqueles que o desconhecem.

A revista MUT procura ser a voz das mutualidades, um meio de promoção pública do movimento mutualista e da Economia Social Solidária, por isso, apelo para que nos enviem os vossos contributos informativos, a fim de podemos contar com a vossa participação ativa na edição da revista, na sugestão de conteúdos, assim como na partilha das vossas experiências, boas práticas e projetos, que tanto enriquecem o mutualismo e que devem de ser difundidos pela sociedade.

Votos de um Bom Ano, com Coragem e Confiança no Futuro!

Saudações mutualistas!

Luís Alberto Silva
Presidente do Conselho de Administração da UMP

Entrevista a Manuel Castro Almeida

Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional

Que importância atribui ao contributo das Instituições da Economia Social, enquanto parceiros do Estado?

A grande viragem estratégica no “Portugal 2020”, o próximo quadro de financiamento comunitário, é a dimensão dos recursos atribuídos à competitividade da nossa economia e o foco na Inclusão Social e no Emprego.

Nos anteriores quadros comunitários, nenhum programa operacional (PO) tinha a designação “social”. A inclusão de um PO vocacionado para a dimensão social, com os objetivos de promover o emprego e a mobilidade social, e de estimular a inclusão social e combater a pobreza, demonstra a prioridade que o Governo está a dar a estes problemas.

Esta novidade, introduzida no “Portugal 2020” reforça muito a importância das instituições da economia social, a quem cabe um papel central de dar expressão à dimensão social da programação dos fundos.

A Economia Social, e muito em particular as Associações Mutualistas, têm tido um papel fundamental no incremento da proteção social, da saúde, da inclusão e do emprego, pela proximidade que têm com os cidadãos. Qual é, no seu entender, a importância das Mutualidades no desenvolvimento da economia local, designadamente como geradoras de emprego e de inclusão social?

As associações mutualistas, as misericórdias, as IPSS ou as cooperativas sempre assumiram um papel decisivo na dinamização da economia portuguesa, importância que se transcende em contextos de crise como o que atravessamos.

No que, em concreto, diz respeito aos fundos europeus, as entidades da economia social são parceiras muito relevantes do Estado, enquanto mediadoras no acesso aos fundos por parte dos beneficiários finais,



Manuel Castro Almeida, Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional

tipicamente cidadãos vulneráveis, vítimas de algum tipo de exclusão social, carenciados, com necessidades especiais.

O acesso a essa realidade faz das entidades da economia social não só antenas privilegiadas do tipo de problemas por que passam determinados segmentos da população, como instrumentos valiosos de implementação de políticas e programas, numa relação de parceria com o Estado.

Por outro lado, a existência desta área nova da programação dos fundos convoca todos os atores relevantes ao sucesso da sua aplicação a sentarem-se à volta da mesa. Faz todo o sentido que este novo PO arranque com o envolvimento em sintonia por parte de todos.

«É importante o aprofundamento do trabalho de parceria entre as instituições e entidades da economia social responsáveis pela implementação no terreno das políticas de solidariedade....»

Perante esta realidade, como podem estas Instituições continuar a desempenhar um papel em parceria com as entidades públicas para promover serviços para o bem-estar das populações?

A crise de que o país começa a dar os primeiros sinais de saída coloca-nos perante grandes desafios de inclusão social e emprego, em particular na resposta ao desemprego jovem, mas também de persistência de um elevado nível de pobreza monetária e de exclusão social.

A estratégia de atuação do Governo irá privilegiar a articulação das políticas setoriais relevantes, com o reforço das parcerias locais e incremento do diálogo com os parceiros sociais e da economia social, através de uma abordagem integrada, multidimensional e atenta à territorialidade da intervenção social.

Essa intervenção terá dois grandes vetores de atuação, que se complementam.

O primeiro, diz respeito às políticas preventivas, ou de intervenção precoce, que visam prevenir o surgimento e a agudização dos constrangimentos, agindo antecipadamente e de forma estrutural, concebendo e desenvolvendo condições que permitam melhorar o acesso à qualificação, ao emprego, à saúde, à cultura e à proteção social.

O segundo, é naturalmente o das políticas reparadoras, que visam corrigir os problemas já existentes, através da garantia de recursos mínimos (nomeadamente pela melhoria do rendimento dos indivíduos e das famílias, no essencial suportado por fundos nacionais no âmbito do sistema de proteção social) e da satisfação de necessidades básicas.

Neste âmbito, é importante o aprofundamento do trabalho de parceria entre as instituições e entidades da economia social responsáveis pela implementação no terreno das políticas de solidariedade e as que têm responsabilidades ao nível das políticas de emprego, educação e formação.

No novo quadro comunitário – Portugal 2020 – estão definidas linhas orientadoras para a aplicação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), com especial enfoque na coesão territorial e social. Que políticas e orientações estão a ser desenvolvidas por esse Ministério para otimizar a aplicação destes fundos na Economia Social?

Essas matérias estão ainda em fase de finalização no âmbito da discussão do Acordo de Parceria com a Comissão Europeia.

Existem diferenças entre o novo quadro comunitário e o anterior? Considera haver melhorias?

No que diz respeito às questões que estão no centro das atenções do setor da economia social, há logo à cabeça a novidade que temos vindo a falar, que é a existência de um PO para a Inclusão Social e Emprego, com uma dimensão temática específica.

Mas vamos ter também no próximo quadro o reforço da dimensão social na componente regional dos fundos, uma vez que os Programas Operacionais Regionais (POR), mais próximos dos territórios, voltam a integrar, no “Portugal 2020”, verbas do Fundo Social Europeu, segundo um modelo que tinha desaparecido no QREN e que regressa agora.

O reforço das verbas do Fundo Social Europeu (FSE) é uma linha estratégica fundamental do “Portugal 2020”. Sobem de 37,5% para 41% do total de 21 mil milhões de euros que Portugal irá beneficiar nos próximos sete anos, o que se traduz numa aposta clara nas pessoas, na sua valorização, compensada por uma descida dos investimentos em infraestruturas e equipamentos.

A implicação desta novidade é que as regiões passam a dispor de fundos e capacidade de intervenção mais forte nesta vertente social, permitindo uma intervenção complementar, de dimensão temática – mais setorial – e regional.

A Agência para o Desenvolvimento e Coesão, enquanto responsável pela coordenação da política estrutural e do desenvolvimento regional, abarcará as instituições do setor social nas políticas de crescimento económico?

A Agência para o Desenvolvimento e Coesão (ADC) passa a assumir as atribuições e competências que eram, até agora, atribuídas ao Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, ao Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu e ao Observatório do QREN, e é a instituição que garante a boa aplicação dos fundos europeus.

Ora, no conselho consultivo da nova instituição vai sentar-se, entre outros, um representante das instituições da economia social a designar pelo Conselho Nacional para a Economia Social (CNES).

Esse elemento será a voz das instituições do setor social num órgão de consulta e acompanhamento estratégico independente, que apoia e participa nas linhas gerais de aplicação dos fundos europeus estruturais e de investimento, e ao qual compete emitir um parecer anual sobre o resultado da aplicação dos fundos europeus, em termos de promoção do desenvolvimento e da coesão.

Sendo os fundos europeus dirigidos prioritariamente a empresas, podem as instituições sociais ser integradas na aplicação dos mesmos, como agentes dinamizadores de projetos (ex. Programa Valorizar)?

Se na dimensão da economia social temos uma novidade no próximo quadro financeiro, a verdade é que não há razão para que não se aplique o mesmo tipo de lógica de parceria, que este Governo tem desenvolvido com generalidade das entidades empresariais. É isso que estamos a tentar estimular.

«A solidariedade é um catalisador fundamental para o nosso sucesso coletivo»



Considerando a grande necessidade de apoio social às famílias, qual a previsão para o início da concretização de candidaturas e projetos no âmbito do “Portugal 2020”?

O Governo definiu como objetivo começar a aprovar projetos no âmbito do “Portugal 2020”, já no segundo semestre de 2014, o que significa antecipar em um ano o calendário de execução do período de programação anterior.

De que forma as Entidades da Economia Social, em parceria com os Municípios, podem fomentar o desenvolvimento e a sustentabilidade territorial?

São da maior relevância as parcerias que as instituições sociais e entidades da economia social promovem com as Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais e Estado, tornando a economia social realmente efetiva.

A solidariedade é um catalisador fundamental para o nosso sucesso coletivo, sendo as entidades sociais agentes imprescindíveis para o alcance deste desígnio.

O “Portugal 2020” é o instrumento de excelência no apoio às ações e ao trabalho que estas entidades têm vindo a desenvolver e podem desenvolver no futuro.

O Governo encara as entidades sociais como parceiras do Estado no fomento de uma economia social robusta, veículos privilegiados no combate à exclusão social, assim como no desenvolvimento das competências mais nobres dos cidadãos. ■

Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança



Alcídio Castanheira - Presidente da Direção da Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança

Segundo consta, os primeiros registos desta Associação, que uma primeira fase de lançamento desta associação, então denominada de "Associação dos Artistas de Bragança", se reporta a 1865, muito embora a sua data de constituição esteja fixada em 17 de março de 1870.

Foi oficialmente reconhecida por Decreto de 11 de abril de 1870 e os seus primeiros estatutos foram aprovados por Alvará Régio de 20 do mesmo mês e ano. Em 1894 (estatutos aprovados por Alvará de 17 de fevereiro), passou a denominar-se "Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança".

Entrevista ao Presidente da Direção da Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança, Alcídio Castanheira

Quais são as modalidades de benefícios que a instituição proporciona?

No que diz respeito aos seus associados, a ASMAB, apoia-os na assistência medicamentosa, participando na aquisição de medicamentos e próteses oculares e assistência médica prestada sob a forma de consultas de clínica geral, consultas de especialidades e serviços de enfermagem. Para além destes dois benefícios estatutariamente definidos, no âmbito do Plano Anual de Atividades são desenvolvidas diversas atividades de carácter recreativo, cultural e social, organizadas de forma sistemática ligadas a efemérides, tradições e vida da própria instituição que proporcionam o convívio e a camaradagem entre associados e população em geral.

Com a atual crise económica, quais as respostas sociais mais solicitadas pela população? Quantas pessoas, em média, recorrem aos vossos serviços e em que classes etárias se inserem?

Até finais de 2012, a ASMAB dispunha apenas da valência de refeitório social com uma capacidade de 100 pessoas. Já em 2012 vínhamos a ser confrontados, diariamente, com novos pedidos de apoio no âmbito da alimentação a que íamos dando resposta, sentindo-se, no final do ano, um aumento exponencial destes pedidos de ajuda.

O programa de emergência alimentar, com a implementação das cantinas sociais, permitiu-nos, a partir do mês de janeiro deste ano, dar resposta a estes pedidos aumentando a nossa capacidade de resposta para



Sede da Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança

mais 65 pessoas. Neste momento, prestamos ajuda alimentar, de forma permanente, a 165 pessoas, sendo que, apoiamos, igualmente de forma episódica, as pessoas que nos solicitam.

Este apoio pontual traduz-se habitualmente em fornecimento de roupa, calçado e outros bens que, em articulação com empresas e instituições e grupos de cidadãos da nossa região conseguimos angariar para o efeito.

Normalmente, estes novos pedidos de apoio provêm de agregados familiares cujos progenitores perderam o emprego e envolve, de uma forma mais ou menos equilibrada, todos os escalões etários, desde crianças a idosos.

A ASBAB tem um papel preponderante, não só no apoio aos seus associados, como também à comunidade em geral. Em que medida se traduz o apoio prestado?

A ASBAB tenta dar uma resposta global às necessidades dos seus associados e utentes dos diversos setores de atividade.

Face à heterogeneidade das necessidades, dispomos, com caráter permanente, de diversos serviços, através dos quais proporcionamos desde apoio básico alimentar, a cuidados de saúde, atividades lúdicas e sociocul-

turais ou formação profissional. O Centro de Convívio e o Centro de Dia são alguns exemplos de serviços onde os nossos associados usufruem de uma certa complementaridade entre a componente associativa e as respostas sociais. Realço o papel preponderante que a instituição teve até final da década de sessenta do século passado, como a única instituição da cidade de Bragança responsável pela divulgação do cinema, o que nos responsabiliza, no presente e no futuro, no sentido de darmos continuidade a estas atividades de caráter recreativo e cultural.

De que forma a associação garante a sua sustentabilidade financeira, em virtude do aumento dos pedidos de apoio?

A Associação mantém, atualmente, acordos de colaboração com a Segurança Social que se traduzem em apoio financeiro para podermos proporcionar todas as valências aos nossos associados/utentes. Porém, esta ajuda está longe de responder às nossas necessidades efetivas. O apoio de empresas e instituições, a prestação de serviços no âmbito da “empresa de inserção”, donativos, contributos dos associados e da comunidade, a par de uma gestão rigorosa dos recursos financeiros, materiais e humanos, têm permitido alguma sustentabilidade económica à instituição.

Qual a importância que a Creche Familiar tem para o desenvolvimento das crianças, como alternativa à creche convencional? Tem listas de espera para esta resposta social de apoio à Infância?

A Creche Familiar da ASMAB constitui uma resposta efetiva que se destina a acolher crianças de idades compreendidas entre os 3 meses e os 3 anos, durante o período diário correspondente ao trabalho dos pais, garantindo as condições adequadas ao seu desenvolvimento. Esta resposta social assume grande importância para o desenvolvimento de crianças na idade da primeira infância face à creche convencional porque oferece cuidados individualizados e estimulantes a cada criança, tanto no aspeto afetivo como nos aspetos cognitivo e de socialização dentro de um ambiente familiar e estruturado, onde as tarefas e rotinas diárias são centradas e desenvolvidas de acordo com as necessidades individuais e tempos de cada criança. Neste caso é o meio que se adapta à criança e não a criança que se adapta ao meio, como acontece na creche convencional. Bragança, sendo uma região do interior, sofre dos problemas de desertificação demográfica motivada pelo abandono da população mais jovem devido à falta de empregos, pelo que, neste momento não existe lista de espera para a Creche Familiar.

A “Empresa de Inserção”, criada em abril de 2009, presta serviços de limpeza e lavandaria, contribuindo, no âmbito destes serviços, para o desenvolvimento local e satisfação das necessidades dos nossos Associados, utentes e comunidade em geral.

Criámos 5 postos de trabalho, que se renovam a cada 2 anos, possibilitando, desta forma, a formação e aquisição de competências para posterior integração destas pessoas no mercado de trabalho.

Para além da sua função social, esta valência tem-se revelado muito importante como mais um serviço disponível para os associados e para a população em geral em condições extremamente vantajosas.

O Gabinete de Apoio à Vítima tem procurado desenvolver atividades para a sensibilização da violência doméstica, contra os idosos e crianças. Qual a adesão por parte dos associados/comunidade? Pode dar-me exemplos de campanhas realizadas? Quais os resultados obtidos com este projeto?

O Centro de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica do Distrito de Bragança faz parte de uma parceria constituída por 10 entidades, a maior parte serviços descentralizados do Estado, envolvendo entidades de saúde, de segurança, educação e outras IPSS.

A ASMAB é a entidade gestora e a intervenção do CAV verifica-se a dois níveis: prevenção primária e intervenção direta com as vítimas. No sentido de potenciar a prevenção, a ASMAB desenvolveu o Projeto (Re) Equilibrar. No âmbito deste projeto foram desenvolvidas várias ações: Fóruns Municipais contra a Violência Doméstica, ações de sensibilização no Dia de S. Valentim, campanhas de prevenção com a comunidade educativa do Distrito, criação de um grupo de animadores juvenis, para a dinamização de atividades em parceria com o NAV, Conferência “Violência na 3ª idade e prevenção da negligência e autonegligência” e Seminário “Envelhecimento ativo e qualidade de vida na 3ª Idade”.

A ASMAB promove Formação Modular Certificada, que se destina a desempregados em horário pós-laboral. Qual o impacto destas ações no concelho? Há muitas pessoas a frequentar as ações de formação? A ASMAB tem atingido os objetivos propostos para este projeto?

Face à realidade do distrito de Bragança, onde a taxa de desemprego predomina, havendo famílias onde todos os elementos do agregado familiar estão em situação de desemprego, a ASMAB sentiu-se incentivada a assumir este projeto de formação, para, assim, dar resposta às necessidades locais.

A formação, seja ela geral ou específica, situando-se no âmbito da educação ou da formação profissional, é sempre um processo que pretende promover mudanças. No caso específico da formação profissional, qualquer ação de formação tem por objetivo fomentar mudanças nos indivíduos, para que adquiram as com-



Ação de sensibilização sobre violência doméstica, para idosos

petências necessárias para o desempenho ou aperfeiçoamento de uma determinada função profissional.

A aprovação da nossa candidatura de Formações Modulares, Certificadas pelo POPH, permitiu-nos levar a efeito um projeto de formação com o propósito de intervir e qualificar, atuando em quatro áreas fundamentais: Saúde, Serviço de Apoio a Crianças e Jovens, Trabalho Social e Orientação, Segurança e Higiene do Trabalho.

Conseguimos, desta forma, dar resposta a um grupo alargado de pessoas que nos procuram para aperfeiçoar conhecimentos e progredir na sua vida profissional, e também aos nossos habituais utentes, concretizando-se, até ao momento, num fluxo de 121 formandos e no total de 700 horas de formação realizadas.

Recentemente realizaram uma viagem convívio, ao Norte do país com associados e não associados. Pretendem desenvolver a atividade de turismo social? Na sua opinião que vantagens têm este tipo de iniciativas?

Esta é uma atividade realizada anualmente. É uma forma de associados e comunidade poderem participar na atividade turística, promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspetiva da inclusão.

Este tipo de iniciativas traz sempre vantagens, uma vez que esta é, a forma de proporcionar aos participantes o

conhecimento de novos lugares, novas tradições, promover o convívio e bem-estar entre associados. Tomamos, também, especial atenção a alguns casos em que esta é a única possibilidade de usufruírem deste tipo de atividade turística.

Que respostas estão por contemplar na atividade das Associações Mutualistas em Portugal, com vista a ir ao encontro das necessidades das famílias portuguesas de forma mais eficaz?

De uma forma geral, penso que as instituições mutualistas estão em condições de poder intervir em todas as áreas. Dependerá sempre do seu meio social e dos seus recursos. Importante será estarmos sempre integrados em parcerias com outras instituições, desenvolvendo um trabalho em rede, de forma a podermos potenciar os recursos financeiros e humanos. A atual situação económica e financeira das instituições exige isso mesmo. Importante será, também, as Associações manterem-se atentas à evolução socioeconómica do seu meio, percebendo permanentemente, as suas necessidades para poder atuar em conformidade.

Uma vez que não têm equipamentos para prestação direta de benefícios de saúde, como é que os vossos associados têm acesso a esses serviços? Que protocolos e parcerias a ASMAB tem estabelecido com entidades de saúde e outras?

A prestação dos cuidados no âmbito da assistência médica, conforme previsto no regulamento de benefícios, pode ser realizada na sede da Associação ou noutro local sob responsabilidade direta desta, ou através de instituições com as quais a Associação tenha celebrado protocolos ou acordos de parceria.

Presentemente, a ASMAB dispõe de um enfermeiro, que presta serviço um dia por semana na instituição. A ASMAB disponibiliza, ainda, aos seus Associados, através de um acordo de parceria com a delegação local da Cruz Vermelha Portuguesa, o acesso a consultas médicas, aluguer de material ortopédico e serviços de enfermagem.

Para que as mutualidades possam prosseguir o seu trabalho, quais os protocolos e parcerias que, em sua opinião, são mais urgentes concretizar e renovar?

Encontramo-nos presentemente a viver uma das maiores crises económicas de sempre, o que faz com que recaia nas instituições sociais uma enorme pressão no sentido de apoiar pessoas que enfrentam dificuldades económicas. Em nossa opinião, é imperioso constituir redes integradas de apoio onde todos possam dar o seu contributo para minimizar o sofrimento dos que mais necessitam. Por outro lado, também o Estado, perante esta situação de dificuldade, deverá assumir as suas responsabilidades e reforçar o apoio às instituições que, num reduzido espaço de tempo, enfrentaram um enorme aumento de pedidos de ajuda.

Na sua opinião, qual o papel que as associações mutualistas devem ter para promover a divulgação e o desenvolvimento do movimento mutualista?

Entendo que as instituições mutualistas devem, sobretudo, reforçar sempre que possível, a sua presença e a sua capacidade de intervenção na sociedade, de forma a serem reconhecidas como imprescindíveis no com-

plemento aos sistemas de proteção social do Estado e de outras instituições.

Nortear-se e difundirem sempre os valores do mutualismo, nomeadamente a promoção da solidariedade, igualdade, proteção, cidadania, inclusão social, inovação, renovação e transparência, com o intuito de influenciar as sociedades para o movimento mutualista.

Como podem as associações mutualistas captar mais associados? Que exemplos de boas práticas desenvolvidas por esta associação quer referir?

As instituições deverão ter a capacidade de se abrir às populações, intervindo junto delas. Esta será uma das melhores formas de se dar a conhecer e de ser reconhecida. À medida que se desenvolverem atividades no meio e se abranjam mais pessoas, assim vai crescendo a visibilidade da instituição e a consequente adesão ao mutualismo. No caso concreto da ASMAB, algumas iniciativas como a implementação da “Empresa de Inserção” com serviço junto da comunidade, a implementação da formação profissional, a par de outras iniciativas de caráter lúdico, recreativo e cultural, concorreram decisivamente para a divulgação e adesão ao mutualismo. ■



Viagem anual dos associados da ASMAB ao Bom Jesus de Braga, em 2013

Monte-Pio Artístico Tavirense – Associação de Socorros Mútuos



Ana Ferro - Presidente da Direção do Monte-Pio Artístico Tavirense – Associação de Socorros Mútuos

Fundada em 20 de dezembro de 1857, esta associação, que inicialmente se chamou apenas Montepio Artístico Tavirense, foi reconhecida por Decreto de 2 de setembro e os seus primeiros estatutos foram aprovados por Alvará Régio de 10 de setembro, de 1858.

Esta Associação Tavirense, no início do nosso século, chegou a ter cerca de 1000 associados com benefícios como assistência médica e medicamentosa, subsídios na doença e na invalidez.

Entrevista à Presidente da Direção do Monte-Pio Artístico Tavirense – Associação de Socorros Mútuos, Ana Ferro

O Monte-Pio Artístico Tavirense, Associação de Socorros Mútuos foi fundado em dezembro de 1857? Em que contexto social?

O Monte-Pio Artístico Tavirense, Associação de Socorros Mútuos foi fundada a 20 de dezembro de 1857 por 6 ou 7 artífices (Pedreiros, carpinteiros, canteiros, sapateiros e ferreiros etc.). Não se sabendo os seus nomes reuniram-se na igreja de Santo António em Tavira e combinaram juntar os seus esforços e pedir ajuda a

alheios para poderem sobreviver e fazer face às dificuldades da vida, visto viverem de um precário ordenado, o qual mal chegava para enfrentarem as doenças que apareciam nessa época.

A Associação, em 2006, sofreu alterações significativas. Como se traduziram essas alterações e em que medida contribuíram para o desenvolvimento da instituição?

No ano de 2006, com a entrada

de novos corpos diretivos, deu-se, então, uma mudança radical. Abrimos a porta a mais associados, foram realizadas várias obras, como a remodelação da farmácia, a criação de gabinetes de apoio médico para os associados e não associados na “Casa da Matilde”, onde hoje é a nossa sede, sala de reuniões e de Assembleia Geral. Fizemos também acordos de cooperação com diversas clínicas, instituições e empresas de comércio para benefício dos nossos associados. Estabelecemos, ainda,

convenção com a ARS do Algarve para prescrição de receituário e meios complementares de diagnóstico.

Que modalidades de benefícios disponibilizam aos associados?

Disponibilizamos Assistência Médica e Medicamentosa.

Quais as especialidades médicas mais procuradas pela população?

Oftalmologia, Ginecologia, Ortopedia e Urologia são as especialidades mais procuradas pelos associados.

Que protocolos e parcerias o Monte-Pio Tavirense tem estabelecidos com entidades de saúde e outras?

O Monte-Pio tem acordos de cooperação com várias clínicas e hospitais particulares do Algarve, onde os associados beneficiam de um desconto que varia entre os 5% e os 20%.

A Farmácia Social Monte-Pio é uma mais-valia para a Associação? Em que medida?

A Farmácia Social Monte-Pio é uma mais-valia para a Associação pois é através da farmácia que a associação sobrevive, para poder dar os benefícios aos seus associados, visto que a sua quota mensal é de apenas 2 euros. Estamos seriamente preocupados com a sustentabilidade da associação, agora que o Estado resol-

veu definitivamente converter as farmácias sociais em propriedades comerciais. Com esta medida, perguntamos, como irá sobreviver a Associação com cerca de 1800 associados?

Para que as mutualidades possam prosseguir o seu trabalho, quais os protocolos e parcerias que, em sua opinião, são mais urgentes concretizar e renovar?

Na nossa opinião, para as Mutualidades prosseguirem o seu trabalho nestes tempos difíceis e com esta crise económica que atravessamos, o Estado tem que rever os protocolos, convenções e outros apoios mais urgentes às instituições de Solidariedade Social. É muito importante mais ajuda financeira da segurança social.

Quais os projetos que a Direção da Associação tem previstos para um futuro próximo?

O Monte-Pio tem o projeto de um Centro de Dia, com o Edifício já recuperado, uma obra que nos custou cerca de 400 mil euros sem financiamento algum, projeto esse que foi adiado por falta de apoio da Segurança Social, nas participações que foram canceladas. De momento estamos a tentar arranjar solução para que o edifício possa ser rentável.

Na sua opinião, qual o papel que as associações mutualistas devem ter para promover a divulgação e o desenvolvimento do movimento mutualista?

Na nossa opinião, a associação tem que ter uma boa imagem, uma boa comunicação, para conseguir transmitir os seus princípios e valores e incentivar o aumento da procura destas associações.



Farmácia Social do Monte-Pio Artístico Tavirense - Associação de Socorros Mútuos

MUTUALIDADES

De que forma, ou através de que práticas, as associações mutualistas podem captar mais associados? Que exemplos, de boas práticas desenvolvidas por esta associação pode referir?

As associações mutualistas conseguem, com apoio do Estado, criar várias práticas a desenvolver para os associados, como por exemplo na doença, na inclusão social, dar mais apoios aos mais desfavorecidos e aos idosos que se encontram sozinhos, entre outros.

Que respostas estão por contemplar na atividade das Associações Mutualistas em Portugal, com vista a uma eficiente utilização dos recursos e melhoria das respostas às necessidades das famílias portuguesas?

O reforço de parcerias entre entidades públicas e privadas e a maior colaboração do Ministério da Saúde, da Segurança Social, para podermos prestar um melhor serviço à comunidade.

Qual a importância que atribui à Plataforma Mutualista, no desempenho das ações das associações mutualistas e mais concretamente na associação a que preside? Pensa aderir a este projeto da UMP?

A Plataforma Mutualista ajuda na divulgação e comunicação das suas atividades, valências e benefícios. É um meio de tornar o Mutualismo mais conhecido e procurado. A direção do Monte-Pio, com certeza, vai aderir a este projeto. ■



Sede do Monte-Pio Artístico Tavirense - Associação de Socorros Mútuos

Guião da Reforma do Estado



A União das Mutualidades Portuguesas apresentou, recentemente, ao Governo o seu parecer sobre o guião para a Reforma do Estado.

No momento presente, de manifesta carência de recursos, quer do Estado, quer das populações, nunca como hoje, se mostrou tão relevante uma gestão criteriosa, cuidada e devidamente delineada dos poucos meios económicos disponíveis.

No guião da Reforma do Estado, sugerido pelo Governo, está patente a intenção de um Melhor Estado, e afetação de mais recursos e gestão pelas entidades da economia social, ganhando estas, preponderância na gestão de meios e mais intervenção social que, para além da sua eficácia económica, é geradora de elos sociais de proximidade e de assistência, bem como, geradora de empregos. Por esta razão, impõe-se possibilitar a expansão das áreas de intervenção e apoio, por parte do movimento mutualista.

É interesse do Governo, do Estado e dos contribuintes, que a gestão dos meios afetos à proteção social, seja feita de forma abrangente, cuidadosa e sensível, às concretas necessidades das populações, pelo que o movimento mutualista está apto a prosseguir os fins de proteção social a que está, e sempre esteve, afeto.

Assim, a UMP tem mostrado total disponibilidade para apoiar e associar-se ao Estado nesta tarefa grandiosa, de a todos os portugueses, prestar apoio em todas as valências que conhece, nomeadamente no acesso à saúde, ao ensino, às prestações sociais, aos regimes complementares de segurança social, apoio e aconselhamento financeiro para pequenas e microempresas e comerciantes em nome individual; atividade seguradora na saúde, no desemprego, na morte, na reforma, na maternidade e acidentes de trabalho; apoio ao setor primário, através da formação, aconselhamento e financiamento desse ramo de atividade, fomentando a proximidade/interesse dos portugueses na agricultura e pescas como formas de gestão sustentável dos recursos, criação de um banco de economia social, na ajuda no desemprego, aos mais carenciados, a projetos empreendedores, através do micro crédito; fomento do turismo social; parcerias com fornecedores de bens e serviços essenciais, entre outros.

É precisamente pelo seu impacto positivo sobre a sociedade, ambiente e comunidades que a economia social tem sido reconhecida pelas instituições europeias como fator chave na implementação da Estratégia Europa 2020 e do objetivo da Lei do Mercado Único para uma “economia social de mercado altamente competitiva”.

O Presidente do Conselho de Administração da UMP, Luís Alberto Silva, considera que “a abertura do Governo para ouvir e receber os parceiros sociais no debate do Estado Social é muito positiva, pois é uma verdadeira responsabilização em parceria na definição da reforma”. Refere ainda que “a União das Mutualidades Portuguesas pode ter uma boa resposta nas áreas da saúde, segurança social, educação, finanças e agricultura” e que se o Estado contratualizar com o setor social, terá “uma redução substancial na despesa”. ■

A reforma do setor da Economia Social Solidária está em desenvolvimento



Eduardo Graça, Presidente da Direção da CASES

Quando se aborda a questão da reforma do Estado, questão da maior relevância, no que respeita à Economia Social Solidária (ESS), estou em crer que é prudente e realista sublinhar que se deram, nos últimos três anos, passos significativos nesse sentido. Quero dizer que se trata de uma área na qual está em curso um processo de reforma que poderá sofrer desenvolvimentos e inflexões mas que encontrou uma matriz que permite assegurar a continuidade do esforço reformista com base na busca sucessiva e sistemática de consensos.

Desde logo pela criação da CASES (2010) que se constituiu como uma plataforma de debate, convergência e ponto de encontro entre Estado e o setor da ESS. É como se o Estado tivesse descido do seu pedestal de tutela para uma posição de parceiro. A CASES é uma organização que tem tido uma preocupação de promover a aproximação entre as várias “famílias” da ESS, o seu reconhecimento mútuo, a intercooperação e a cooperação entre elas e o poder público.

Partimos, em 2010, quase do zero

no que respeita à promoção de respostas a este desafio que consiste, na prática, em criar um setor que resulte da conjugação virtuosa de uma realidade constituída por organizações diversas, com muitos pontos em comum, desde logo os seus princípios e valores, mas que na prática não se conheciam e muito menos se reconheciam.

Em segundo lugar pela criação do CNES, órgãos de consulta do governo que reúne um leque ainda mais alargado de organizações e personalidades face à CASES tendo vindo, mesmo ainda aquém de ter sido explorado todo o seu potencial, a contribuir para estruturar e consensualizar um processo de debate que tem subjacente em primeira linha a reforma estrutural do setor nas suas diversas vertentes.

Em terceiro lugar pela criação da Conta Satélite da Economia Social (CSES), em 2013, instrumento estatístico fundamental de conhecimento, e reconhecimento, da ESS que nos permite saber, não por palpite, mas com base em estatísticas certificadas pelo INE, que a ESS representa 2,8% do VAB e 5,5% do emprego remunerado total (base de 2010), com a consciência da existência de uma grande margem de crescimento e da necessidade de criar maior capacidade de resposta face aos desafios da difícil realidade económica e social que todos, enquanto comunidade nacional, enfrentamos.

Em quarto, e último, lugar através da aprovação, por unanimidade, pela Assembleia da República, da Lei de Bases da Economia Social

(LBES), em 2013, uma marca da maior importância porque inscreve a designação economia social na lei, sendo certo que em Portugal, o sector tem consagração constitucional sob a designação de “setor cooperativo e social”. Por outro lado a importância da lei advém também de abrir espaço para uma reforma da legislação ordinária do setor. Trata-se de um trabalho complexo que estamos a desenvolver em concertação com todas as organizações. Esperamos que no decurso do 1º semestre de 2014 tenhamos concluído, no essencial, o objetivo de regulamentar a LBES.

Na verdade a LBES é uma oportunidade única para adequar a legislação ordinária às necessidades da ESS, melhorando a sua capacidade de resposta, modernizando-o, com vistas largas, em relação ao futuro. Do sucesso desta reforma que temos em mãos dependerá a capacitação das organizações, sem perda de identidade, e o desenvolvimento do setor da economia social solidário, a todos os níveis, permitindo a sua afirmação como conglomerado económico e social, a nível nacional.

Nada pouco, como base de partida, para estruturar uma abordagem mais aprofundada da realidade da ESS em Portugal o que nos levará, certamente, a encontrar novas soluções e caminhos de futuro. ■

*Eduardo Graça
Presidente da Direção da CASES*

Apoio Domiciliário

Uma resposta articulada da segurança social e da saúde para a problemática do envelhecimento

O aumento da longevidade e os aspetos que com ela se relacionam fazem do fenómeno do envelhecimento uma questão muito atual, que merece reflexão aprofundada, quer do ponto de vista dos apoios sociais, quer da saúde.

Nos últimos 40 anos, as alterações na estrutura etária da população portuguesa resultam da diminuição constante da taxa de natalidade e do aumento “significativo” da esperança média de vida, consequência das melhores condições sociais e tecnológicas e dos progressos da medicina preventiva, curativa e reabilitadora.

Este envelhecimento demográfico representa para as sociedades atuais diversos problemas, que resumidamente se enumeram:

- Redução da população ativa e envelhecimento da mão-de-obra;
- Pressão sobre o sistema público de segurança social e sobre as finanças públicas, provocada pelo número crescente de reformados e pela diminuição da população em idade ativa;
- Necessidade crescente de cuidados de saúde e assistência a pessoas idosas;
- Diversidade dos recursos e das necessidades dos idosos;

– Inatividade abrupta que cria sentimentos de inutilidade, rejeição e afastamento.

A solução para estes problemas constitui um verdadeiro desafio, quer para o Estado, a quem compete a promoção de políticas de proteção social que garantam uma maior coesão e o acesso de todos os cidadãos a cuidados de saúde, quer para as instituições do setor social, que diariamente são desafiadas a dar respostas concretas, de apoio social e de saúde, às populações.

É necessário reforçar esta cooperação entre os dois setores, público e social, com o objetivo de encontrar soluções que garantam sistemas de proteção social mais adequados e sustentáveis.

Considera-se que o desenvolvimento do apoio domiciliário integrado, com equipas multidisciplinares de apoio social e de cuidados de saúde, contribui amplamente para alcançar o objetivo de criar um sistema de proteção social com respostas mais equilibradas e eficientes, evitando todos os aspetos negativos da institucionalização das pessoas idosas e ou em situação de dependência.

Para a concretização deste objetivo, impõe-se, assim, uma articulação e um reforço dos laços entre os centros de saúde, os serviços sociais, as organizações sociais e



as redes informais de apoio.

Neste sentido, foi recentemente publicada a Portaria 38/2013, de 30 de janeiro, nova regulamentação da resposta social Apoio Domiciliário, que pretende agilizar a forma como são prestados os serviços de bem-estar e de saúde no domicílio dos utentes.

Este diploma procedeu ao ajustamento da resposta às exigências de uma gestão eficaz e eficiente dos recursos e a uma gestão da qualidade e segurança que incide ao nível da qualidade do acesso a cuidados flexíveis, transitórios ou de longa duração e, ainda, da promoção de famílias mais inclusivas e qualificadas para a prestação de cuidados, garantindo condições para a permanência das pessoas no seu ambiente familiar. ■

Associações Mutualistas filiadas na UMP com Apoio Domiciliário

Distrito	Concelho	Associação Mutualista
Castelo Branco	Covilhã	Associação Socorros Mútuos "Mutualista Covilhanense"
Évora	Évora	O Legado do Caixeiro Alentejano - Associação Mutualista
Leiria	Caldas da Rainha	Montepio Rainha D. Leonor - Associação Mutualista
Porto	Porto	A "Benéfica e Previdente" - Associação Mutualista
Porto	Porto	A Previdência Familiar do Porto Associação de Socorros Mútuos
Porto	Vila Nova de Gaia	Associação de Socorros Mútuos Nossa Senhora da Esperança Sandim e Freguesias Circunvizinhas
Porto	Vila Nova de Gaia	Associação Oliveirense de Socorros Mútuos
Setúbal	Montijo	União Mutualista Nossa Senhora da Conceição - Associação Mutualista
Setúbal	Setúbal	Associação Socorros Mútuos Setubalense

A importância das Mutualidades na Alemanha



Christian Zahn - Vice-Presidente da AIM

O conceito “Mutualidade” é, na Alemanha, em grande parte desconhecido. A fim de esclarecer a importância da palavra “Mutualidade”, primeiramente importa responder à pergunta tipo de status legal se aproxima de um mutualista? Considerando, por um lado, palavra por palavra, a noção de “mútuo” poderia ser traduzido pelo termo “reciprocidade”. Assim, uma “mutualidade” seria o equivalente a uma “companhia de seguros de reciprocidade”. Considerando, por outro lado, os valores e objetivos das mutualidades outra conclusão pode ser tirada. A Association Internationale de la Mutualité (AIM) define os valores mais importantes e abrangentes dessas associações, nomeadamente:

- Orientação sem fins lucrativos;
- Solidariedade;
- A seleção não se faz com base na renda privada ou na condição física.

Sobre Christian Zahn: Christian Zahn é Vice-Presidente da AIM desde 2011 e responsável pela região da Europa. Ele é o Presidente da VDEK (membro da AIM) e Presidente do Conselho de Administração da GKV-Spitzenverband, a Associação Nacional dos Revisores Oficiais de Fundos de Seguros de Saúde. Antes de 2011, Christian Zahn também foi membro do conselho de diversas empresas de saúde, como a AXA ou Württembergische Versicherung (supervisão).

A orientação sem fins lucrativos do VVaG (Versicherungsverein auf Gegenseitigkeit - “companhia de seguros mutualista ou sociedade de benefício mútuo”) é uma característica elementar. Devido à não existência de partes interessadas externas a mutualidades, os excedentes gerados são distribuídos para os membros em forma de um pagamento direto ou através de uma redução da contribuição. Também podem ser reinvestidos, a fim de melhorar as atividades e serviços fornecidos pelo seguro. Mesmo que o VVaG seja membro de um “grupo de seguro” baseado numa sociedade anónima, não é autorizada a transferência de nenhum fundo para a companhia mãe.

No entanto, no que diz respeito a compromissos solidários, a VVaG tem um grande peso na sociedade. Assim, os prémios são baseados na idade ou no grau de

risco dos “segurados”. A partir desses prémios, as disposições específicas para a velhice serão acumuladas. Solidariedade existe apenas para os “segurados” da mesma tarifa do seguro, uma vez que cada tarifa tem de cobrir toda a sua despesa com a sua própria receita de prémios. Se a receita de prémios não cobre as despesas, a seguradora deve aumentar o prémio da tarifa. Assim, a solidariedade é limitada a um pequeno grupo dentro do VVaG!

A VVaG recusa-se a deixar a seleção dita de “risco”; devido à divisão histórica do mercado de seguros de saúde, nas entidades privadas e no setor público. As seguradoras privadas fornecem tarifas com base num exame médico, embora pessoas com problemas de saúde muito graves só são portadores de um seguro através de prémios elevados ou serão mesmo excluídos de tal benesse. E só por causa de uma alteração legislativa em 2009, que os prestadores de seguros de saúde privados, são obrigados a oferecer a chamada “tarifa base”, sem qualquer tipo de exame médico. Pelo contrário, o seguro de saúde estatutário cumpre completamente os três critérios. Nos seguros de saúde estatutários, os membros estão ligados por solidariedade não confinada. Isso é significativo no que diz respeito ao pagamento dos prémios, que, ao contrário dos seguros de saúde privados, não são com base no risco individual, mas sim num percentual da renda, dando também importân-

MUTUALIDADES NA EUROPA

cia à idade e ao sexo. Além disso, parentes desempregados são “co-segurados” em caráter não contributivo.

Assim, o “seguro de saúde pública” não é orientado para o fim lucrativo, visto as contribuições serem calculadas com base no princípio da repartição. Deste modo, os rendimentos reais devem cobrir as despesas, ou seja, se os rendimentos reais excederem as despesas reais, estes podem ser distribuídos em forma de bónus para os membros.

Exclusões por conta das condições de saúde ou valores de vencimento não existem. O seguro obrigatório de saúde tem como principal objetivo aceitar contratos.

Com base nos critérios estabelecidos pela AIM, na Alemanha os fundos do seguro de saúde estatutário estão mais próximos do entendimento francófono de um mutualista que o VVaG. Isso também se reflete na participação dos membros na gestão da empresa. No VVaG é comum que os membros não votem diretamente nos seus representantes, no Conselho de Administração. Já os membros do seguro de saúde obrigatório elegem diretamente os seus representantes no Conselho de Ad-

ministração, a cada seis anos.

As associações de caixa de previdência para os fundos do seguro de saúde da empresa, de fundos de doença, dos seguros sociais para a agricultura, bem como a caixa de doença para os mineiros e a associação de fundos de saúde substituto, são membros da AIM, desde o início. Eles representam os valores da solidariedade mutualista, de acesso não discriminatório e de uma empresa não-lucrativa.

Hoje há 132 fundos legais de seguros de saúde na Alemanha. Entre os 82 milhões de habitantes, 70 milhões de pessoas são segurados por este sistema, isto equivale a 85% da população.

As organizações membros da minha associação, a VDEK, asseguram 26 milhões de pessoas. O rendimento global do prémio para o seguro obrigatório de saúde equivale a cerca de 180 bilhões de euros. Os 4,5 milhões de cidadãos adicionais estão cobertos por um seguro de saúde privado, por um dos 19 VVaG. Apenas 4,3 milhões de cidadãos estão segurados por organizações, sob a forma jurídica de sociedade anónima.

Resumindo, os dados que são essenciais no sistema alemão é que a reciprocidade e a solidariedade são princípios importantes no domínio do seguro de saúde. Considerando que todos os provedores de seguros de saúde estatutários estão vinculados por esses princípios, também se pode afirmar que no setor de seguros de saúde privados os cidadãos preferem VVaGs às corporações anónimas. Quase todas as pessoas seguradas na Alemanha concordam que a proteção fornecida por seguros de saúde não reside nas mãos dos interesses do capital. Por outro lado, as características sociais e a proteção contra as consequências da doença fornecida por seguros de saúde permanecem em primeiro plano.

Por essa razão, os membros alemães da AIM apoiam, plenamente, o pedido de um Estatuto para as Mutualidades Europeias (EME). Estes tomam esta posição, tanto a nível nacional como a nível europeu, e solicitam à Comissão Europeia a apresentação célere de uma nova proposta sobre este estatuto jurídico, tão importante para serviços não económicos, de interesse geral. ■



The importance of mutuals for the healthcare insurance in Germany



About Christian Zahn :

Christian Zahn is Vice-President of the AIM since 2011 and responsible for the region Europe. He is the President of the vdek (member of the AIM) and Chairman of the board of directors of the GKV-Spitzenverband, the National Association of Statutory Health Insurance Funds. Before 2011 Christian Zahn was also member of the supervisory board of different health companies like AXA or the Württembergische Versicherung.

The concept of „mutual“ (Mutualität) is in Germany largely unknown. In order to clarify the importance of mutuals, the question which kind of legal status comes closer to a mutual should be answered first. Considering on one hand a pur word-for-word translation, the notion of mutual could be translated by the term “reciprocity” (Gegenseitigkeit). Hence a mutual would be the equivalent of an „insurance company of reciprocity“ (Versicherungsverein auf Gegenseitigkeit VVaG). Considering on the other hand the values and goals of mutuals another conclusion can be drawn. Die Association Internationale de la Mutualité (AIM) defines the most important and overarching values of those associations as:

- solidarity;
- no selection based on a quantum of private income or on physical condition.

The non-profit orientation of the VVaG is an elemental characteristic. Because of the non-existence of external stakeholders in mutuals, surpluses generated are either distributed to the members in form of a direct payment or in form of a reduction of the contribution, or they are reinvested in order to improve the activities and services furnished by the insurance. Even if the VVaG is member of an insurance group based on a joint-stock company, no funds would be allowed to be transferred to the parent company.

compromises can be observed with VVaGs. Thus, the premiums are based on age or individual degree of risk among the insured persons. From those premiums, individual provisions for old age will be amassed. Solidarity exists only for insured persons of the same insurance tariff, as each tariff needs to cover its entire expenditure with its own premium income. If the premium income does not cover the expenditures anymore, the insurer must increase the premium of the tariff. Thus, solidarity is limited to a small group within the VVaG.

VVaG refuse to cease risk selection. Owing to the historical division of the health insurance market in a private and a public health insurance sector, private insurers provide their tariffs on the basis of a medical examination. Bad health hazards can be

- non-profit orientation;
- Yet, with regard to solidarity

insured only through high premiums or the exclusion from insurance coverage. It is only because of a legislative amendment of 2009 that providers of private health insurance are obliged to offer a so-called base tariff without any kind of medical examination.

On the contrary, the statutory health insurance completely fulfils all of the three criteria. Statutory health insurances trade as public institutions (Körperschaften des öffentlichen Rechtes KdöR). Their members are connected by unconfined solidarity. This is relevant both with regard to the payment of the premiums, which are, unlike private health insurances, not based on individual risk but on a percentage of the income, and with regard to different characteristics like age or sex. Apart from this, relatives without employment are co-insured on a non-contributory basis.

As well, public health insurance are not profit-oriented. Their contributions are calculated under the apportionment principle. According to this, actual incomes must cover expenditures. If actual incomes exceed actual expenditures, surpluses can be distributed in form of bonuses to the members.

Exclusions on account of health conditions or income levels do not exist. The statutory health insurance is under the legal obligation to accept contracts. That means, insured who fulfil the preconditions are eligible for being insured by any of the statutory health insurance companies.

Based on the criteria laid out in AIM, in Germany the statutory health insurance funds are closer to the francophone understanding of a mutual than the VVaG.

This is also reflected in the participation of the members in the company management. In the VVaG it is common that members do not directly vote their representatives at the supervisory board anymore. They have a right of opposition to the propositions made by the election board. On the contrary, the members of the statutory health insurance directly elect their representatives at the board of directors every six years.

Not surprisingly the associations of sickness funds for company health insurance funds, of guild sickness funds, of the social insurances for agriculture (Verbände der Betriebs-, Innungs- und landwirtschaftlichen Krankenkassen) as well as the sickness fund for miners (Knappschaft) and the association of substitute health funds (Verband der Ersatzkassen vdek) are members of the AIM from the very beginning. They represent the values of mutual solidarity, of non-discriminatory access and of a not-for-profit business.

There are 132 statutory health insurance funds in Germany today. Among the 82 millions inhabitants, 70 millions people are insured by them. That is 85 % of the population. The member organisations of my association, the vdek, insure 26 millions people. The overall premium income

for the statutory health insurance amounts to about EURO 180 billion.

Additional 4,5 millions insured have taken out private health insurance by one of the 19 VVaG. Only 4,3 millions citizens are insured with organisations in the legal form of joint-stock company.

Summarizing the data it can be recorded for Germany that mutuality and solidarity are major principles in the field of health insurance. Whereas all providers of statutory health insurance are bound by those principles, it can also be stated that in the private health insurance sector citizens prefer VVaG over joint stock corporations. Nearly all insured people in Germany therefore agree that the protection provided by health insurances does not reside in the hands of capital interests. By contrast social characteristics and protection from the consequences of sickness provided by health insurances remain in the foreground.

For that reason the German members of the AIM fully support the request for a status for the European mutuals. They take this stand both at the national and at the European level and they ask the European Commission to promptly present a new proposal on this so important legal status for non-economic services of general interest. ■

BREVEMENTE



mutualidades
portuguesas

mais de 2,5 milhões de beneficiários

J'14



Jornadas Mutualistas Regionais

Dinamização e Desenvolvimento do Movimento Mutualista

UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS
www.mutualismo.pt
uniao@mutualismo.com

A Previdência Portuguesa – Associação Mutualista comemora Dia Nacional do Pijama

“Uma criança tem o direito de crescer numa família”



A Previdência Portuguesa – Associação Mutualista celebrou, no seu jardim-de-infância, o Dia Nacional do Pijama que se comemora a 20 de novembro. Neste dia, as crianças até aos 6 anos de idade, que frequentam as escolas e instituições de todo o país, vestem os seus pijamas e vão assim para as suas escolinhas, passando o dia a realizar atividades educativas e lúdicas.

O jardim da Associação contou com a participação de 104 pessoas, vestidas a rigor (83 crianças e 21 adultos vestidos de pijama), que realizaram várias atividades: relaxamento com música ambiente e projeção de luzes, pintura de um mural, narração de histórias, dança, jogo das almofadas e frascos de cheiro com sabonete ralado. O dia terminou com um baile que contou com a presença de alguns pais e um jantar convívio dos colaboradores do Jardim-de-Infância da Previdência Portuguesa, todos com o pijama vestido!

SOBRE O DIA NACIONAL DO PIJAMA...

O Dia Nacional do Pijama é um dia solidário feito por crianças que ajudam outras crianças, uma iniciativa e marca registada da Mundos de Vida.

Mundos de Vida trata-se de uma Instituição Particular de Solidariedade social que tem como missão afirmar os direitos das crianças e responder às suas necessidades bem como das pessoas seniores e das suas famílias, criando e oferecendo serviços que correspondam às novas realidades sociais, com base numa visão esclarecida e humanista.

Por cada pijama, a Fundação EDP doou 1 euro à Mundos de Vida.

Esta causa solidária tem como objetivo o reconhecimento de que “uma criança tem o direito de crescer numa família”. ■



Rastreios para toda a Família - A Mutualidade da Moita



A MUTUALIDADE DA MOITA
ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

RASTREIOS DE CONTROLO DE PESO

Venha fazer um rastreio **GRATUITO***
de controlo de peso e conheça
o seu peso
percentagem de massa gorda
retenção líquidos
índice de massa corporal
e tensão arterial

***GRATUITO**
para Associados da Mutualidade da Moita,
Público em Geral
e sujeito a marcação prévia

Policlínica
Zona Envolvente à Praça de Toiros
Lote 24, Cv e R/c
2860-423 Moita

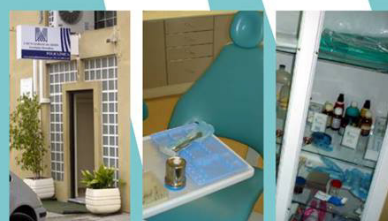
Tel. 21 289 31 63 | 96 461 06 91
consultas@mutualidadedamoita.pt
www.mutualidadedamoita.pt



A MUTUALIDADE DA MOITA
ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA



RASTREIOS DENTÁRIOS PARA TODA A FAMÍLIA



Sábados das 9H às 13H*

GRATUITO
para Associados da Mutualidade da Moita
e Público em Geral

***Sujeito a marcação prévia**

Policlínica
Zona Envolvente à Praça de Toiros
Lote 24, Cv e R/c
2860-423 Moita

Tel. 21 289 31 63 | 21 088 09 97

www.mutualidadedamoita.pt
consultas@mutualidadedamoita.pt

De forma a prevenir situações de risco, esclarecer e enriquecer os conhecimentos da comunidade sobre as questões da saúde e encaminhar a população para os serviços mais adequados, são desenvolvidos rastreios de saúde pelas Associações Mutualistas, como é exemplo a Mutualidade da Moita - Associação Mutualista, que disponibiliza, gratuitamente, a toda a família, associados e público em geral, rastreios dentários e de controlo de peso. ■

Associação de Socorros Mútuos “Mutualista Covilhanense” – Missão Sorriso



A Associação de Socorros Mútuos “Mutualista Covilhanense” candidatou-se aos apoios da Missão Sorriso, do Continente com o projeto “Vida Ativa+”. Atualmente, a Missão Sorriso apoia projetos que intervêm junto de crianças e idosos na luta contra a fome.

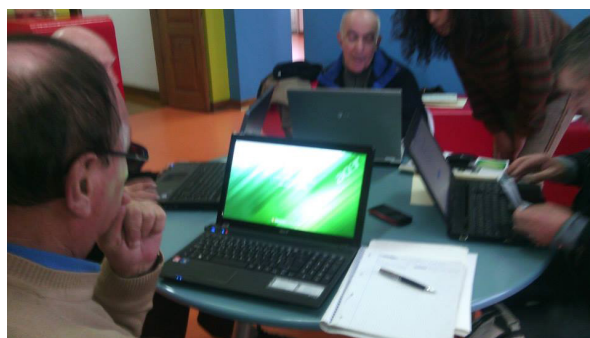
Este projeto tem como objetivo reforçar o bem-estar dos idosos, tornando o espaço exterior da instituição mais funcional, com zonas cobertas, uma área de lazer mais aprazível. Pretende igualmente, instituir um Gabinete de Apoio ao Idoso (GAI) onde a saúde des-

te, será uma preocupação constante, no qual serão realizados rastreios diversos, sessões de esclarecimento sobre diversas patologias e adoção de estilos de vida saudáveis.

A associação ambiciona, ainda, constituir uma Bolsa de Voluntários para intervenção junto das pessoas idosas que fazem parte do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e idosos institucionalizados, acompanhando-os nas consultas, na resolução de assuntos burocráticos e passeios ao exterior. Por outro lado, tem previsto desenvolver um conjunto de atividades recreativas e de lazer, no domicílio dos utentes, bem como a criação de um sistema de “Teleassistência ao domicílio”, que beneficiará 80 idosos. ■

Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança cria Atelier de Informática

A Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança criou, recentemente, o atelier de informática, com o objetivo de transmitir conhecimentos desta área aos seus associados. A aceitação tem sido muito grande e as expectativas de aprendizagem são elevadas. ■



Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica



No dia 22 de novembro, a Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança, através do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica do Distrito de Bragança, assinalou o Dia Nacional do Laço Branco, com a organização de um Seminário "Investigação e práticas de intervenção na violência doméstica."

O seminário teve como objetivo sensibilizar a opinião pública para esta problemática social, bem como promover os valores de igualdade e de cidadania, para que estes diminuam a intolerância social e a não-aceitação de uma cultura de violência. Igualmente, no âmbito desta iniciativa foram afixados na cidade de Bragança mupies de sensibilização sobre a violência doméstica, com as diversas vítimas, segundo o art.º 152 do Código Penal.

Esta iniciativa integra o IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica 2011-2013 e o Projeto (Re) Equilibrar, que se enquadra na Tipologia 7.3 do Programa Operacional Potencial Humano (POPH) – Apoio Técnico e Financeiro às Organizações Não Governamentais.

Esta tipologia abrange nos seus objetivos fundamentais a difusão de uma cultura de igualdade, através da integração da perspectiva de género nas estratégias de educação e formação e a prevenção da violência de género, sendo co-financiado pelo Fundo Social Europeu e Estado Português. ■

ATIVIDADES DA UMP

Janeiro

Tomada de posse dos novos Órgãos Sociais da FENACAM

No passado dia 14 de janeiro, os órgãos sociais da Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo – FENACAM tomaram posse para o triénio de 2014/2017, na FIL –Parque das Nações, em Lisboa.

A União das Mutualidades Portuguesas esteve representada pelo Presidente do Conselho de Administração, Luís Alberto Silva. *Saiba mais no Info 39* ■

XXV Congresso do CDS-PP

O Conselho Nacional do CDS-PP realizou, nos dias 11 e 12 de janeiro, o XXV Congresso do partido. O Presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas esteve presente no encerramento do Congresso, a convite do Presidente do CDS-PP, Paulo Portas. *Saiba mais no Info 39* ■

85.º Aniversário da Previdência Portuguesa – Associação Mutualista

A Previdência Portuguesa – Associação Mutualista comemorou o seu 85.º Aniversário, na Casa da Mutualidade – Galeria de Arte e Centro de Mutualismo, no passado dia 11 de janeiro, em Coimbra.

Nesta cerimónia Mário Nunes, dirigente e ativista da Associação, falecido em junho de 2013, foi homenageado, sendo descerrada uma placa, com o seu nome, que passa a figurar numa das salas da instituição. *Saiba mais no Info 39* ■

Tomada de Posse dos órgãos associativos da A.S.M “Restauradora” de Avintes

A Direção da Associação de Socorros Mútuos «Restauradora» de Avintes realizou, no passado dia 9 de Janeiro, a cerimónia de tomada de posse dos órgãos associativos para o triénio 2014/2016, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Avintes, com a presença de Luís Alberto Silva, Presidente da UMP. *Saiba mais no Info 39* ■

III Jornadas da Economia Social

A União das Mutualidades Portuguesas esteve presente na III Jornadas da Economia Social, sob o tema “Responsabilidade social, sustentabilidade e bem-estar nas organizações”, que decorreram entre os dias 31 de outubro e 1 de novembro, em Leiria. *Saiba mais no Info 35* ■

Dezembro

União das Mutualidades Portuguesas tem nova Sede Social

A Sede da União das Mutualidades Portuguesas (UMP) está, desde dia 31 de dezembro, a funcionar nas novas instalações, situadas na Praça Francisco Sá Carneiro, nº 10 – 1º, em Lisboa. A nova Sede Social foi adquirida por permuta ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS). ■

Entrevista ao Porto Canal

Luís Alberto Silva foi entrevistado pelas jornalistas Ana Rita Basto e Carla Ascensão, no programa Testemunho Directo, do Porto Canal, no passado dia 26 de dezembro. Nesta ocasião, o Presidente da UMP sublinhou o papel das mutualidades, no atual contexto económico-social, relevando os principais desafios que as associações mutualistas terão em 2014. *Saiba mais no Info 38* ■

Assembleia Geral da CASES

A Assembleia Geral da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) realizou-se no dia 20 de dezembro, na qual os membros apreciaram e deliberaram sob a proposta do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2014, assim como a proposta de alteração do Regulamento Interno e o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas. *Saiba mais no Info 37* ■

Reunião do Conselho de Administração da *Social Economy Europe*

A reunião do Conselho de Administração da *Social Economy Europe* (SEE), do qual a UMP faz parte, decorreu no passado dia 19 de dezembro, em Bruxelas, com o intuito de debater os instrumentos de financiamento da economia social e o seu desenvolvimento sustentável. *Saiba mais no Info 38* ■

Programa Sociedade Civil – RTP 2

A União das Mutualidades Portuguesas participou, no passado dia 18 de dezembro, no programa Sociedade Civil, da RTP 2, sob a temática “Economia Social”. *Saiba mais no Info 38* ■

Homenagem à “A Familiar de Grijó – Associação Mutualista”

O Presidente da Junta de Freguesia de Grijó, Joaquim César Rodrigues, homenageou a “A Familiar de Grijó – Associação Mutualista” pelos serviços e respostas na proteção social e de saúde que tem prestado aos associados e à comunidade desta freguesia de Vila Nova de Gaia. Este tributo decorreu, no dia 18 de dezembro, no âmbito da comemoração do 26.º aniversário da elevação de Grijó a vila. *Saiba mais no Info 38* ■

UMP apresentou ao Governo parecer sobre o guião da Reforma do Estado

A União das Mutualidades Portuguesas reuniu, no dia 16 de dezembro, com o Vice-Primeiro Ministro, Paulo Portas e com o Ministro da Solidariedade, do Emprego e da Segurança Social Pedro Mota Soares, para apresentar o seu parecer e considerando sobre o guião para a Reforma do Estado. (ler artigo na pág. 15 desta publicação) . *Saiba mais no Info 38* ■





Assembleia Geral da UMP

As Associadas da União das Mutualidades Portuguesas reuniram em Assembleia Geral Ordinária, no dia 14 de dezembro, na Sede de “A Associação de Socorros Mútuos Familiar Vimaranesense”, em Guimarães.

Nesta Assembleia estiveram presentes 56 Associadas, tendo sido aprovados, por maioria, todos os pontos constantes na convocatória, designadamente: apreciação, discussão e votação do Programa de Ação e Orçamento para o exercício de 2014 e respetivo Parecer do Conselho Fiscal e apreciação, discussão e votação da Proposta do Conselho de Administração para aquisição da propriedade de novas instalações para a Sede Social da UMP. No que respeita ao tipo de instrumento de Regulamentação, ponto três da ordem dos trabalhos, foi decidido, por maioria, a adoção do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT). *Saiba mais no Info 37* ■

Reunião do Conselho Fiscal da CASES

Realizou-se no dia 11 de dezembro a reunião do Conselho Fiscal da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), presidida por Luís Alberto Silva. Nesta reunião foi avaliada a execução orçamental até ao 3º trimestre de 2013 e apreciação e emissão de parecer sobre a proposta de Plano de Atividades e Orçamento de 2014 submetida pela direção, para posterior aprovação em Assembleia Geral. Foi, ainda, analisada a proposta da direção referente a alterações do Regulamento Interno e do documento de Prevenção de Riscos de Corrupção. *Saiba mais no Info 37* ■

Reunião do CNES

Convocada pelo Ministro, Pedro Mota Soares, decorreu no passado dia 11 de dezembro, no Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, a reunião do Conselho Nacional para a Economia Social (CNES).

Um dos principais pontos da agenda desta reunião, foi a análise e discussão da Reforma do Estado Social, assim como do processo de Regulamentação da Lei de Bases da Economia Social.

A agenda de trabalhos terminou com a análise da situação do Grupo de Trabalho para o FEEI – Fundos Estruturais e de Investimento, no âmbito do Acordo de Parceria. *Saiba mais no Info 37* ■

Assinatura da revisão dos Acordos de Cooperação com o MESS

A União das Mutualidades Portuguesas, a União das Misericórdias Portuguesas e a CNIS assinaram a revisão dos Acordos de Cooperação, com o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, numa cerimónia realizada a 10 de dezembro, na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, em Coimbra. *Saiba mais no Info 37* ■

UMP eleita Vice- Presidente da Associação Internacional das Mutualidades (AIM)

A União das Mutualidades Portuguesas, foi eleita para o Presidium da AIM, em representação das organizações membro europeias com menos de 10 milhões de associados. Esta eleição decorreu no âmbito da reunião dos membros do *Board of Directors* da Associação Internacional das Mutualidades (AIM) que decorreu no passado dia 5 de Dezembro, em Hamburgo, na Alemanha. *Saiba mais no Info 37* ■



Centro Infantil Dr. António Costa Leal

Programa **B-a-bá**

*Protegemos e cuidamos
das crianças,
com qualidade e segurança*



Localização & Contactos:

*Centro Infantil Dr. António da Costa Leal
Alta de Lisboa
Quinta Alegre, Campo das Amoreiras
Freguesia da Charneca
1750-026 Lisboa*

*União das Mutualidades Portuguesas
Praça Francisco Sá Carneiro, n. 10
1.º Dt./Esq.
1000-160 Lisboa*

*Tel. 21 844 61 70 - Fax. 21 844 61 76
Email: uniao@mutualismo.com
Website: www.mutualismo.pt*



Inscrições Abertas

Bebés desde os 4 meses aos 3 anos

Ajude-nos a Ajudar!

O Movimento Mutualista Português congrega, em todo o país, cerca de **um milhão de associados e mais de dois milhões e meio de beneficiários**, organizados num conjunto de associações de âmbito local e nacional. As Mutualidades são instituições que procuram resolver problemas concretos, de pessoas concretas.

Se preencher o campo 901, do anexo H, do modelo 3 de IRS, estará a direccionar 0,5% do seu IRS liquidado para ajudar o movimento mutualista português.

9	CONSIGNAÇÃO DE 0,5% DO IRS / CONSIGNAÇÃO DO BENEFÍCIO DE 15% DO IVA SUPORTADO					
ENTIDADES BENEFICIÁRIAS			NIPC		IRS	IVA
Instituições Religiosas (art. 32.º n.º 4 da Lei n.º 16/2011, de 22 de junho)			☐			
Instituições Particulares de Solidariedade Social ou Pessoas Coletivas de Utilidade Pública (art. 32.º n.º 6 da Lei n.º 16/2011, de 22 de junho)			☒	901	501097350	☒

